

# Brasília não sabe quando terá o direito de eleger governador

**Márcia Turcato**

**BRASÍLIA** — Os 800 mil eleitores de Brasília ainda não sabem quando terão o direito de eleger, pela primeira vez, seu governador. Um ano depois de promulgada a Constituição, não está definido, por falta de regulamentação, quando haverá eleições para os governos dos estados, Congresso Nacional e Assembléias Legislativas. Sabe-se, apenas, que a data não poderá exceder o prazo de 90 dias antes do término do mandato dos atuais governadores, que irá até 15 de março de 1991.

“Podemos dizer que houve um pequeno cochilo dos constituintes”, admitiu o senador Maurício Corrêa (PDT-DF), eleito com 200 mil votos e candidato a governador. Projeto enviado ao Congresso marcava a eleição para 3 de outubro de 1990. Mas a data está superada, porque deveria ser fixada, conforme a Constituição, com antecedência mínima de um ano.

Desde a fundação de Brasília, em 1960, houve apenas uma eleição na cidade, em 1986, para o Senado e a Câmara dos Deputados. “É uma situação que gera angústia”, constata a deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB), que conquistou o mandato com 46.016 votos, a maioria deles vindos das cidades-satélites, e pretende disputar o governo.

Além da autonomia de escolher governador pelo voto direto, o Distrito Federal conquistou o direito de ter no Congresso uma bancada de oito deputados federais e três senadores e de

eleger uma representação local de 24 deputados distritais. Com uma população de dois milhões de habitantes, 70% deles distribuídos nas 11 cidades-satélites existentes, o Distrito Federal não tem recursos próprios. Mais de 60% de sua receita provém do Poder Executivo central.

“Brasília poderá prosperar ou regredir, dependendo de sua relação com o próximo presidente da República. Caso o governador e o presidente sejam de partidos diferentes, a cidade não será um bom lugar”, pressagia a deputada Márcia Kubitschek, 23 mil votos, eleita pelo PMDB e agora no PRN. Filha do presidente Juscelino Kubitschek, Márcia já é candidata ao governo. “Meu pai construiu Brasília e meu sonho é administrar esta cidade como governadora.”

**Marketing** — Não faltam pretendentes ao Palácio Buriti. Além do senador Maurício Corrêa e das deputadas Maria de Lourdes Abadia e Márcia Kubitschek, existem ainda o professor de economia da Universidade de Brasília (UnB), Lauro Campos, do PT, que na última eleição concorreu ao Senado, obtendo 135 mil votos; o deputado Augusto Carvalho (PCB), que angariou nas urnas 39.800 votos mas não fecha as portas “para uma aliança de esquerdas”; e o também deputado Valmir Campelo (PFL), eleito com 48 mil votos e atualmente presidindo o diretório municipal do PTB.

Completa a lista o atual governador biônico do Distrito Federal, Joaquim Roriz, o único que não admite publica-

mente sua candidatura. “Sou candidato apenas a fazer um bom governo”, tem dito Roriz, que no entanto já contratou a agência MPM Propaganda para produzir seu marketing de candidato.

Não faltam folhetos distribuídos à população dando conta das obras realizadas por Roriz. De todas, o carro-chefe é a remoção das favelas existentes no centro de Brasília, com a transferência dos moradores para lotes semi-urbanizados em Samambaia, com capacidade total para alojar 60 mil famílias, a 40 quilômetros do centro. Até o momento, NCZ 15 milhões, a fundo perdido, foram aplicados na remoção das favelas. No dia quatro de agosto, data de seu aniversário, Roriz anunciou que havia transferido seu título eleitoral de Goiânia — ele é vice-governador licenciado de Goiás — para Brasília e foi saudado por mais cinco mil favelados, levados ao Palácio Buriti em ônibus do governo para uma manifestação em favor de sua candidatura.

**Inelegível** — Em 15 de março, com a posse do novo presidente da República, Roriz vai deixar o governo do Distrito Federal e retornar à função de vice em Goiás. Sua candidatura, no entanto, não é segura. O parágrafo 5º do Artigo 14 da Constituição estabelece que “são inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o presidente da República, os governadores de Estado e do Distrito Federal”.